



**RELATÓRIO  
FINANCEIRO  
DO EXERCÍCIO  
2020**





**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ  
CBJ**

Relatório do Auditor Independente  
sobre as Demonstrações Contábeis  
de 31 de dezembro de 2020



Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2020

## ÍNDICE

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis . . . . .	5
Balancos Patrimoniais . . . . .	8
Balancos Patrimoniais . . . . .	9
Demonstrações dos Resultados . . . . .	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido . . . . .	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa. . . . .	12
Administração às Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 . . . . .	13
Parecer do Conselho Fiscal . . . . .	20
Anotações . . . . .	21
Anotações . . . . .	22



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**  
**Administradores da**  
**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
Rio de Janeiro / RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Judô (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Judô em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/12).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Confederação Brasileira de Judô é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Outros assuntos

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

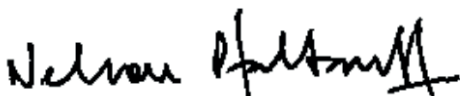
Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com todas as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, nossas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2021

**ADVANCE Auditores Independentes SS**

CRC/RJ 007.276/O-0

Registro CVM 12.661



**Nelson Fernando Marques Pfaltzgräff**

Contador CRC/RJ 028.998/O

Registro CNAI 209

Sócio Responsável

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(expresso em R\$)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>		<b>18.531.833,06</b>	<b>22.368.225,63</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.265.085,44	5.026.037,68
Contas a Receber - Patrocinadores	5	1.650.000,00	6.608.862,85
Contas a Receber - Lei de Incentivo	5	5.517.311,67	10.569.585,40
Adiantamentos diversos		89.357,68	154.016,70
Impostos a Recuperar		430,50	-
Depósito Judicial		8.281,77	8.281,77
Despesas de Exercício Futuro		1.366,00	1.441,23
<b>Não Circulante</b>		<b>3.356.225,49</b>	<b>4.346.739,55</b>
Cauções Imobiliárias		166.732,80	166.732,80
Investimentos		1.000,00	1.000,00
Imobilizado líquido	6	3.188.492,69	4.158.206,51
Intangível líquido	6	-	20.800,24
<b>Total do Ativo</b>		<b>21.888.058,55</b>	<b>26.714.965,18</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(expresso em R\$)

<b>Passivo e Patrimônio Social</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>		<b>19.862.970,99</b>	<b>22.496.925,88</b>
Contas a Pagar		6.085,50	118.551,16
Encargos sociais a recolher	7a	151.968,82	163.738,59
Tributos a recolher	7b	16.884,10	4.504,79
Obrigações c/ pessoal	7c	480.309,27	565.680,09
Contas a pagar – LAP	8	607.185,49	1.173.843,28
Receita Futura – Patrocinadores	9	7.446.028,62	11.353.630,25
Convênios a Pagar	10a	296.768,98	516.563,57
Lei de Incentivo	10b	10.857.423,74	8.596.586,94
Solidariedade Olímpica		-	362,21
Outras Contas a Pagar		316,47	3.465,00
<b>Não Circulante</b>		<b>1.119.713,07</b>	<b>1.280.754,16</b>
Receita Futura Bens Imobilizados	11	1.119.713,07	1.280.754,16
<b>Total do Passivo</b>		<b>20.982.684,06</b>	<b>23.777.680,04</b>
<b>Patrimônio Social</b>		<b>905.374,49</b>	<b>2.937.285,14</b>
Patrimônio social		85.543,81	85.543,81
Resultado acumulado		1.402.590,71	4.575.851,32
(Déficit) / Superávit do exercício		(582.760,03)	(1.724.109,99)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>		<b>21.888.058,55</b>	<b>26.714.965,18</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(expresso em R\$)

<b>Receitas operacionais</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receitas da Lei Piva	7.552.378,56	8.609.781,63
Receitas de Patrocinadores	5.034.539,36	5.094.164,59
Lei de Incentivo	270.384,98	5.140.539,38
Convênios	295.336,46	3.293.123,84
Outras Receitas	1.506.502,98	2.562.967,52
<b>Total das receitas operacionais</b>	<b>14.659.142,34</b>	<b>24.700.576,96</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas com Pessoal	(5.125.309,35)	(5.003.353,55)
Despesas Administrativas	(10.133.407,23)	(21.429.590,80)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(15.258.716,58)</b>	<b>(26.432.944,35)</b>
<b>Total resultado operacional</b>	<b>(599.574,24)</b>	<b>(1.732.367,39)</b>
<b>Receita não operacional</b>		
Receitas Diversas / Receitas Financeiras	58.630,67	64.033,07
<b>Total receita não operacional</b>	<b>58.630,67</b>	<b>64.033,07</b>
<b>Despesa não operacional</b>		
Despesas Diversas/Despesas Financeiras	(4.1816,46)	(55.775,67)
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(582.760,03)</b>	<b>(1.724.109,99)</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(expresso em R\$)

<b>Histórico</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Resultado Acumulado</b>	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>85.543,81</b>	<b>5.700.865,39</b>	<b>(1.146.743,38)</b>	<b>4.639.665,82</b>
Incorporação ao Res. Acumulado		(1.146.743,38)	1.146.743,38	-
Ajuste líquido exercício anterior		21.729,31		21.729,31
Resultado do exercício			(1.724.109,99)	(1.724.109,99)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>85.543,81</b>	<b>4.575.851,32</b>	<b>(1.724.109,99)</b>	<b>2.937.285,14</b>
Incorporação ao Res. Acumulado		(1.724.109,99)	1.724.109,99	-
Ajuste líquido exercício anterior (nota 16)		(1.449.150,62)		(1.449.150,62)
Resultado do exercício			(582.760,03)	(582.760,03)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>85.543,81</b>	<b>1.402.590,71</b>	<b>(582.760,03)</b>	<b>905.374,49</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Expresso em R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019
(Déficit) do exercício	(582.760,03)	(1.724.109,99)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades Geradas pelas atividades operacionais dos itens que não afetam o caixa</b>		
Depreciação	1.038.636,06	1.037.328,80
<b>Superavit Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro</b>	<b>455.876,03</b>	<b>(686.781,19)</b>
<b>Variações no ativo (Aumento) Redução:</b>	<b>10.075.440,33</b>	<b>10.763.552,06</b>
em Outros Ativos	64.303,75	(86.363,76)
em Convênios	-	1.525.000,00
em Créditos a receber - Patrocinadores	4.958.862,85	2.226.468,09
em Créditos a Receber - Lei de Incentivos	5.052.273,73	(5.051.552,27)
em Receita de Exercício Futuro	-	12.150.000,00
<b>Variações no passivo (Aumento) Redução:</b>	<b>(2.794.995,98)</b>	<b>(10.850.982,01)</b>
em Contas a Pagar	(112.465,66)	(266.079,61)
em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	609,54	25.122,79
em Obrigações com Pessoal	(85.370,82)	66.414,35
em Obrigações com Lei Agnelo Piva	(566.657,79)	366.497,65
em Obrigações com Patrocinadores	(3.907.601,63)	(1.527.788,30)
em Obrigações com Lei de Incentivos	2.260.836,80	3.005.357,62
em Convênios a Pagar	(219.794,59)	(986.923,70)
em Solidariedade Olímpica	(362,21)	362,21
em Receita Exercício Futuro	-	(12.150.000,00)
em Receita Futura Bens Imobilizado	(161.041,09)	616.054,98
em Outros Passivos	(3.148,53)	-
<b>FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS</b>		
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.449.150,62)	21.729,31
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>6.287.169,76</b>	<b>(752.481,83)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(734.462,95)</b>
Aquisições de ativo imobilizado	(48.122,00)	(734.462,95)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>6.239.047,76</b>	<b>(1.486.944,78)</b>
Saldo das disponibilidades no Início do Período	5.026.037,68	6.512.982,46
Saldo das disponibilidades no Fim do Período	11.265.085,44	5.026.037,68
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO</b>	<b>6.239.047,76</b>	<b>(1.486.944,78)</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**CBJ**  
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DE 31 DEZEMBRO DE 2020**

(em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 01 - OBJETO SOCIAL – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Confederação Brasileira de Judô, designada pela sigla CBJ, sociedade civil de direito privado, de caráter exclusivamente desportivo, possui personalidade jurídica e patrimônios próprios, sendo constituída por todas as Filiadas, Entidades de Administração do Desporto da respectiva modalidade no âmbito territorial das Unidades da Federação, e goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, conforme artigo 217 da Constituição Federal.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Judô são de responsabilidade da administração e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas a informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e da estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Entidades sem finalidade de lucros.

Os valores estão demonstrados em Reais (R\$).

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de valor.

**b. Aplicações financeiras**

Estão registradas ao custo, acrescidas dos juros incorridos até a data do balanço.

**c. Apuração do resultado, ativos e passivos**

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os encargos e as variações monetárias a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC-TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub - grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de responsabilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As disponibilidades são compostas pela conta Caixa, utilizada para pequenas despesas, pela conta Bancos que registra o saldo em conta corrente nos Bancos e operações financeiras.

	2020	2019
Caixa	2.000,00	2.000,00
Bancos c/movimento	106.168,51	39.104,48
Aplicações financeiras	11.156.916,93	4.984.933,20
<b>Totais</b>	<b>11.265.085,44</b>	<b>5.026.037,68</b>

#### NOTA 05 – CONTAS A RECEBER DE PATROCINADORES E LEI DE INCENTIVO

São representadas por valores de contratos de patrocínio e Lei de Incentivo ao esporte, cujas liberações das parcelas estão por ocorrer, conforme segue:

	2020	2019
<b>Patrocinadores</b>		
Bradesco	1.650.000,00	6.608.862,85
<b>Lei de incentivos</b>		
Bradesco	2.825.984,08	4.569.585,40
Cielo	2.691.327,59	6.000.000,00
<b>Totais</b>	<b>7.167.311,67</b>	<b>17.178.448,25</b>

## NOTA 06 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado e o Intangível estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido pela depreciação e/ou amortização acumulada. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

A composição do Imobilizado é a seguinte:

Imobilizado	Custo (R\$)	Depreciação R\$	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019	Taxa Depreciação
Imóveis	44.361,00	(34.897,32)	9.463,68	11.238,12	4%
Móveis e Utensílios	1.968.672,50	(1.344.265,68)	624.406,82	810.651,61	10%
Máquinas e Equipamentos	73.848,62	(337.313,71)	(263.465,09)	14.288,36	20%
Instalações	472.048,17	(4.760.573,63)	(4.288.525,46)	171.760,12	10%
Equipamentos Técnicos	5.997.616,25	(63.654,06)	5.933.962,19	1.800.286,46	10%
Computadores e Periféricos	893.890,99	(891.502,76)	2.388,23	3.814,43	20%
Veículos	104.440,00	(104.440,00)	-	-	20%
Eq. Telecomunicação	103.245,50	(103.245,50)	-	0,20	10%
Eq. Técnicos com Terceiros	148.638,50	(98.089,25)	50.549,25	65.413,05	10%
Convênio MESP 813840/2014	742.990,00	(341.234,83)	401.755,17	476.054,13	10%
Patrocínio Bradesco	79.362,31	(39.426,92)	39.935,39	51.401,75	10%
Patrocínio Alpargatas	18.595,00	(7.438,08)	11.156,92	13.016,44	10%
Patrocínio Petrobrás	51.056,52	(19.744,41)	31.312,11	36.417,75	10%
LIE Bradesco	774.211,00	(138.657,52)	635.553,48	703.864,09	10%
<b>Totais</b>	<b>11.472.976,36</b>	<b>(8.284.483,67)</b>	<b>3.188.492,69</b>	<b>4.158.206,51</b>	

A composição do Intangível é a seguinte:

Intangível	Custo (R\$)	Amortização R\$	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019	Taxa Amortização
Software	286.050,29	(286.050,29)	-	20.800,24	20%
<b>Totais</b>	<b>286.050,29</b>	<b>(286.050,29)</b>	<b>-</b>	<b>20.800,24</b>	

## **NOTA 07 - ENCARGOS SOCIAIS, FISCAIS E TRABALHISTAS A RECOLHER**

Referem-se substancialmente a encargos e contribuições a recolher com os valores refletidos até a data do balanço.

### **a) Encargos Sociais a Recolher**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
INSS a Recolher	87.778,64	97.484,25
FGTS a recolher	15.268,09	19.204,47
IRRF a recolher	32.860,97	39.526,36
IRRF Terceiros Autônomos a Recolher	895,84	200,32
IRRF - Aluguéis e Royalties a Recolher	15.165,28	7.323,19
<b>Totais</b>	<b>151.968,82</b>	<b>163.738,59</b>

### **b) Tributos a Recolher**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
PIS a Recolher	2.039,47	2.549,83
COFINS 5856 A RECOLHER	12,03	-
ISS Retido de Terceiros	14.301,35	1.068,78
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	426,25	676,18
IRRF Serviços Prestados PJ	105,00	210,00
<b>Totais</b>	<b>16.884,10</b>	<b>4.504,79</b>

### **c) Obrigações com Pessoal**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Salários a Pagar	173.925,04	214.138,11
Rescisões a Pagar	500,00	-
Autônomos a Pagar	12.520,24	3.229,50
Provisão de Férias e Encargos	293.363,99	348.312,48
<b>Totais</b>	<b>480.309,27</b>	<b>565.680,09</b>



**NOTA 08 – CONTAS A PAGAR - LAP**

Refere-se aos saldos dos valores recebidos de recursos da Lei Piva:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita Aplicação Financeira Lei Piva	51.715,66	59.424,41
Manutenção Entidade	18.785,75	41.692,67
Equipe Permanente	64.960,71	41.680,85
Treina. Campo Internacional	31.424,02	101.315,36
World Master China	-	51.703,71
Grand Slam Paris/Dusseldorf	-	734.185,28
Grand Slam Osaka	-	27.901,20
Workshop Nacional Técnica	-	54.747,80
TC Internacional Roma/Saint Genevieve	-	61.192,00
Treina. Campo Pindamonhangaba	202.476,39	-
Grand Slam Budapeste/Hungria (Fase 2)	36.846,53	-
Camp. Panameric. Sr Guadalajara/Mex (M/F)	8.964,62	-
World Master Doha/Qat (M/F)	192.011,81	-
<b>Total</b>	<b>607.185,49</b>	<b>1.173.843,28</b>

**NOTA 09 – RECEITA FUTURA – PATROCINADORES (CIRCULANTE)**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Bradesco	7.446.028,62	11.070.452,70
Secretaria Executiva Comunicação - SP	-	263.426,41
Prefeitura Municipal de Contagem	-	19.751,14
<b>Total</b>	<b>7.446.028,62</b>	<b>11.353.630,25</b>

## NOTA 10 – CONVÊNIOS E LEI DE INCENTIVO A PAGAR

São valores referentes à captação de recursos através de Convênios e da Lei de Incentivos ao Esporte, que ficam em contas bancárias específicas, sendo utilizados até o encerramento dos eventos para os quais foram liberados até as respectivas prestações de contas.

### a) Convênios

	2020	2019
Lei de Incentivos <sup>1</sup>	-	8.596.586,94
Convênio Fomento MESP Tóquio	296.768,98	516.563,57
Solidariedade Olímpica	-	362,21
<b>Total</b>	<b>296.768,98</b>	<b>9.113.512,72</b>

### b) Lei de Incentivo ao Esporte

	2020	2019
BB 125366-2 Eventos Internac. Etapa II Cp Admin Clássico	432.540,27	429.741,18
BB 125366-2 Eventos Internac. Etapa II Cp Admin Supremo	3.833,31	3.819,12
CIELO 135780-0 58000.06120/2016-76 Eventos Internacionais	2.691.327,59	6.000.000,00
BB 127166-0 Eventos Internacionais Cdb/Rdb E BB Reaplic	72.180,17	71.912,93
BB 39522-6 (39250-2) LIE Cielo 58000.114335/2017-41	31.344,75	25.035,26
BB 39224-3 LIE Bradesco 58000.114334/2017-04	-	271.344,36
BB 39242-1 LIE Brad. 009368/2018-51 Ev. Televisão 2018/2019	267.324,86	-
BB 39285-5 LIE Brad. 009368/2018-51 Ev. Televisão 2018/2019	-	372.616,49
BB 39319-3 LIE Cielo 010560/2018-90 Eventos CBJ	858.764,97	865.111,80
BB 39317-7 LIE Mesp 003059/2015-27 Tóquio 2020	538.998,49	557.005,80
BB 39431-9 LIE Brad. 58000.004533/2019-69 Grand Slam 2019	-	-
BB 39468-8 LIE Mesp 1915340-64 Eventos CBJ	1.890.853,71	-
BB 39760-1 LIE Bradesco 58000.114334/2017-04	214.595,89	-
BB 0183-X 39318-5 LIE Cielo Prep. Sel. Base	1.855.659,73	-
Bradesco LIE 2º Termo Aditivo Contrato Patrocínio Master	2.000.000,00	-
<b>Total</b>	<b>10.857.423,74</b>	<b>8.596.586,94</b>

<sup>1</sup> Valores remanejados para o item B (Lei de Incentivo ao Esporte) para melhor detalhamento.

## NOTA 11 – RECEITA FUTURA BENS IMOBILIADO

São bens adquiridos em nome da Entidade com recursos restritivos, contabilizados e depreciados como sendo patrimônio da Confederação e reconhece a receita da transferência recebida na mesma proporção da depreciação, de acordo com os itens 17 e 27 da NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

	2020	2019
BB 32957-6 Convênio Mesp 813840/2014 Bolsa Pódio Rio 2016	401.755,17	476.054,13
Bradesco Contrato Patrocínio C/C 21909-6/23690	39.935,39	51.401,75
Alpargatas Contrato Patrocínio C/C 620-3	11.156,92	13.016,44
Petrobras Contrato Patrocínio C/C 1370-6	31.312,11	36.417,75
LIE Brad. 009368/2018-51 Ev. Televisão 2018/2019 Bb 39285-5	635.553,48	703.864,09
<b>Total</b>	<b>1.119.713,07</b>	<b>1.280.754,16</b>

#### **NOTA 12 – PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos correspondentes. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada operação.

#### **NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

O método de apresentação da DFC é o Método Indireto. Foi elaborado para o período de 2020 comparado ao exercício de 2019 com a finalidade de melhor informação. Não houve qualquer atividade de financiamento nos períodos apresentados.

#### **NOTA 14 – PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Patrimônio social da Confederação é constituído com o Fundo Social e os resultados acumulados nos períodos, acrescido ou reduzido pelo resultado apurado com os valores inerente às atividades da Confederação ao término do exercício social.

#### **NOTA 15 – CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

São valores referentes à captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, que ficam em contas bancárias bloqueadas que são administradas pelo Ministério dos Esportes, sendo seus saldos aplicados financeiramente até a sua liberação à CBJ.

#### **NOTA 16 – AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR**

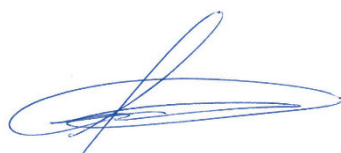
Conforme Lei 6.404/76, artigo 186, o ajuste ocorrido neste exercício, na ordem de R\$ 1.449.150,62, foi decorrente do valor lançado a crédito, referente a baixa no contas a receber – Bradesco - conta master, apropriado na conta de resultados acumulados para melhor espelhar as transações ocorridas neste exercício.

Logo, para que o resultado do exercício não fosse influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período, foram feitos os lançamentos de ajuste de exercícios anteriores com contrapartida no contas a receber.

#### **NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Existem processos administrativos junto à Receita Federal do Brasil em andamento contra a Confederação. Os advogados responsáveis por estes processos apresentaram relação destas causas com seus valores imputados e com a avaliação da probabilidade de perda possível na ordem de R\$ 2.266.405,27 para IRPJ e de R\$ 825.859,18 de CSLL e de perda remota para a COFINS na ordem de R\$ 864.093,94.

A Administração da Confederação, baseada na opinião dos seus Advogados Jurídicos, entende não haver necessidade de constituir provisão para estas ações.



Sílvio Acácio Borges  
Presidente  
CPF: 379.849.779-68



José Luis Martin Oitaven  
Técnico em Contabilidade – CRC 36216-1 RJ  
CPF: 344.921.007-68

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no exercício de suas funções legais e estatutárias, conforme previsto no Art. 41, item III, do Estatuto da CBJ, e em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis da CBJ devidamente acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Origem e Aplicação de Recursos, as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020. Apreciou, ainda, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, apresentadas com informações adicionais sobre a Confederação e opinamos favorável à aprovação dos referidos Demonstrativos Financeiros conforme apresentados.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021

## MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

  
**Gilmar Cotrin Camerino**

  
**Berto Igor Caballero Cuellar**

  
**Ramon Luis Bianchi**









PATROCINADOR MASTER

PATROCINADOR OFICIAL

FORNECEDOR OFICIAL

APOIO

PARCEIROS DE MÍDIA



SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

